



**ENAN
PUR** 2023
Belém 22 a 26 de maio



Paisagem Cultural: dilemas do planejamento e proteção do local no mundo *glocal*

Marjorie Prado Junqueira de Faria

Doutoranda e Mestra pelo Programa de Planejamento e Gestão do Território da UFABC

Sessão Temática 2: Políticas públicas e gestão multiescalar do território urbano e regional

Resumo. O presente artigo tem por finalidade discutir dilemas do arranjo espacial sob a dinâmica do empresariamento em suas múltiplas escalas, com enfoque nos estudos culturais. Escolhemos o patrimônio cultural para a construção epistemológica baseada na relação simbólica com o espaço, motivo pelo qual introduzimos o conceito de paisagem cultural, seja pela sua política e elaboração assentada em suas múltiplas escalas, seja pela sua vocação de interpretação holística sobre a produção do espaço em se tratando de abarcar a relação com o meio ambiente, tão relevante no que concerne os desafios para o desenvolvimento territorial. O conceito de paisagem vai na esteira de compreender os desafios de sua interpretação em âmbito supranacional, destacando, neste contexto *glocal*, o local, na ideia de agregar agentes locais na discussão para a política patrimonial, repensando os instrumentais universalizantes nos distintos territórios. Buscamos refletir sobre em que o conceito e a proteção da paisagem cultural podem colaborar com a práxis do planejamento territorial do mundo *glocal*, além de lembrar a cidade voltada para a vida, identidade cultural e pertencimento, na disposição simbólica em detrimento da visão de empresariamento de espaço.

Palavras-chave: patrimônio cultural; paisagem cultural; território; planejamento territorial; escalas territoriais.

Tradução do título em inglês

Abstract. The purpose of this article is to discuss dilemmas of spatial arrangement under the dynamics of entrepreneurship in its multiple scales, with a focus on cultural studies. We chose cultural heritage for the epistemological construction based on the symbolic relationship with space, which is why we introduced the concept of cultural landscape, either because of its policy and elaboration based on its multiple scales, or because of its vocation for a holistic interpretation of the production of space, when it comes to encompassing the relationship with the environment, which is so relevant with regard to the challenges for territorial development. The concept of landscape goes in the wake of understanding the challenges of its interpretation at a supranational level, highlighting, in this *glocal* context, the local, in the idea of bringing together local agents in the discussion for heritage policy, rethinking the universalizing instruments in the different territories. We seek to reflect on how the concept and protection of the cultural landscape can collaborate with the praxis of territorial planning in the *glocal* world, in addition to remembering the city focused on life, cultural identity and belonging, in the symbolic disposition to the detriment of the entrepreneurship vision of space.

Keywords: cultural heritage; cultural landscape; territory; territorial planning; territorial scales.

Tradução do título em espanhol

Resumen. El propósito de este artículo es discutir dilemas de ordenamiento espacial bajo la dinámica del emprendimiento en sus múltiples escalas, con foco en los estudios culturales. Elegimos el patrimonio cultural para la construcción epistemológica basada en la relación simbólica con el espacio, por lo que introdujimos el concepto de paisaje cultural, ya sea por su política y elaboración basadas en sus múltiples escalas, o por su vocación de interpretación holística respecto a la producción del espacio, cuando se trata de abarcar la relación con el medio

ambiente, tan relevante frente a los desafíos del desarrollo territorial. El concepto de paisaje va en la estela de comprender los desafíos de su interpretación a nivel supranacional, destacando, en este contexto glocal, lo local, en la idea de agregar agentes locales a la discusión para la política patrimonial, repensando los instrumentales universalizantes en los diferentes territorios. Buscamos reflexionar sobre cómo el concepto y la protección del paisaje cultural pueden colaborar con la praxis de la planificación territorial del mundo glocal, además de recordar la ciudad centrada en la vida, la identidad cultural y la pertenencia, en la disposición simbólica en detrimento de la visión del emprendimiento de espacio.

Palabras clave: patrimonio cultural; paisaje cultural; territorio, planificación territorial; escalas territoriales.

1. Introdução

A partir da década de 1970, o planejamento urbano, no contexto mundial, “planta bananeira e vira do avesso”. (HALL, 1998, p.407). Essa expressão, traduzida em sua obra *Cidades do Amanhã*, faz uma marcação na linha temporal sobre o planejamento urbano. Com o advento da crise global que assolara os estados nacionais, surge a necessidade de se pensar o arranjo espacial sob uma lógica voltada ao desenvolvimento econômico sob o viés capitalista desenvolvimentista. Nesse sentido, a crise institucional sobre o que se consideraria o papel do Estado frente à nova ordem de um capital mundializado coloca o estado keynesiano sob prova, estabelecendo novos regramentos mercadológicos que se *espacializariam* pelo globo em múltiplas escalas, especialmente sobre o conceito cidade, entre muitos, a cidade-empreendimento.

A cidade voltada ao empreendimento fica refém de um planejamento urbano que se consubstancia na lógica da mercadoria e espetáculo e as estruturas artificiais cumprem um papel de elaborar um espaço-base que atenda os mandos do capital e da elite econômica global que se imiscuí nos locais. Do local ao *glocal* (BRENNER, 2010), o Estado busca, no setor privado, a parceria para perpetuar sua legitimidade, que é cooptada pelo capital econômico manifesto pelo fetichismo da mercadoria.

Os territórios, rurais e urbanos, sempre espelharam os grupos com suas estruturas sociais, divisão de trabalho e aspectos culturais, ocasionando marcações simbólicas no espaço, o que se compreende por referências culturais, por vezes, consideradas patrimônios culturais. O patrimônio cultural, antes se de institucionalizar como belas artes, em essência, diz respeito às referências culturais do povo que habita o território, à ancestralidade e ao afeto que se consubstancia na história cultural do desenvolvimento.

Os habitantes com suas memórias levam ao solo seus modos de vida. Quando se pergunta *cidade para quem?* A resposta deve seguir com enfoque para os habitantes, que demandam serviços básicos que atendam ao princípio no mínimo existencial¹, mas também em uma cidade que compreenda os ritmos da vida cotidiana que respeite as identidades culturais.

Assim como o planejamento urbano se torna multiescalar no contexto histórico apresentado, a política patrimonial acompanha essa toada, com suas agências internacionais estabelecendo referências e instrumentos de preservação do patrimônio cultural, percebendo a urgência, na preservação dentro da lógica inexorável, do capital reelaborar territórios, mas ainda dentro do campo institucional capitalista. Mesmo não sendo objetivo deste artigo debater essa contradição, a linguagem que retrata a proteção dos bens culturais faz sua própria revisão, incluindo as comunidades locais como protagonistas nos processos, dentro de um arranjo solidário e participativo.

Verifica-se, com o conceito de paisagem cultural, que coloca a natureza e cultura como fator da transformação do espaço, modos de vida da comunidade. Refletir sobre o lugar em que se coloca o patrimônio no diagnóstico global de um projeto do território é tão desafiador que convida a desburocratizar a proteção para além dos especialistas e oportunizar a estes o lugar de escuta para se pensar as políticas e diretrizes jurídicas. É nessa provocação da práxis do planejamento que entendemos que o microcosmo do patrimônio cultural, a paisagem cultural no presente enfoque, reflete no macrocosmo do planejamento territorial, como uma possibilidade de ter como

referência a gestão democrática das cidades por meio da comunidade com aspectos institucionais supranacionais e nacionais.

2. Arranjo espacial e suas múltiplas escalas

Um dos maiores desafios de se pensar território em seu caráter epistêmico é a pluralidade de visões e interpretações sobre sua evolução e o encadeamento histórico em suas ressignificações políticas, econômicas e culturais. Diante do vasto campo de estudo científico e suas múltiplas linguagens, focaremos no aspecto cultural do território, que é indissociável do desenho político institucional.

Segundo Raffestin (1993), o território se forma no espaço, é resultado de uma ação conduzida por um ator que realiza um programa em qualquer nível e, ao se apropriar dos espaços, territorializa-se. Além do mais, falar em território é fazer uma referência implícita à noção de limite que, mesmo não evidente, exprime a relação de um grupo que o mantém com uma porção do espaço. A questão, nesse sentido, é que a ação desse grupo gera, de imediato, a delimitação.

Consoante o autor, a tessitura territorial, seja desejada, seja suportada por atores, tenta maximizar o controle de grupos e, nos dois casos, é uma projeção de um sistema de limites ou de fronteiras mais ou menos funcionalizadas. A tessitura é sempre um enquadramento de poder, ou seja, a escala da tessitura determina a escala do poder, visto que há poderes que podem intervir em todas elas e aqueles que estão limitados às escalas dadas. Finalmente, a tessitura exprime a área de exercício ou de capacidade dos poderes.

Isso nos conduz a considerar os limites não somente do ponto de vista linear, mas também do ponto de vista zonal. A percepção apreendida dos limites conduz, com frequência, a privilegiar a linha em detrimento da zona, e a experiência que temos de fronteiras contribui muito para essa maneira de ver. De fato, muitos limites são zonais na medida em que a área delimitada não é, necessariamente, a sede de uma soberania fixada de forma rígida, mas a sede de uma atividade econômica ou cultural que não se esgota bruscamente no território, mas de maneira progressiva. É suficiente dizer que as tessituras se superpõem, se cortam e se recortam sem cessar. (...) Num nível mais elevado, as regiões administrativas quase nunca coincidem com as regiões econômicas. (RAFFESTIN, 1993, p. 154).

Ainda nesse cenário, Raffestin destaca que as tessituras políticas, oriundas do Estado, são advindas de uma ação de atores empregados na realização de um programa: limites políticos e administrativos são mais ou menos estáveis enquanto os econômicos são mais dinâmicos, adaptando-se às conjunturas. A tessitura política se transmite e se herda mais facilmente do que a econômica, “pois é a expressão de um estado de direito, de soberanias, mais de ações contíguas, como no domínio econômico”. (1993, p. 155).

Com esse entendimento das tessituras políticas e econômicas que perfazem o arranjo espacial, avançando em um momento histórico mais atual, é possível verificar que o capitalismo configura não só a cidade, mas o Estado. Brenner (2010) analisa essas transformações macrogeográficas das cidades e dos Estados como momentos intrinsecamente relacionados dentro de uma única dinâmica de reestruturação capitalista global, que fica evidente com a crise econômica global a partir da década de 1970, quando o Estado se redefine a partir de uma maior participação da iniciativa privada no âmbito institucional.

Conforme definido, o momento da territorialização mantém na era contemporânea a mesma importância fundamental que sempre teve no processo de circulação de capital. Entretanto, as escalas em que esse processo se produz não são mais espacialmente coextensivas em relação às matrizes nacionalmente organizadas da territorialidade estatal que definiram as geografias geopolítica e geoeconômica do capitalismo. Nesse sentido, o atual ciclo de globalização reconfigurou a organização escalar da dinâmica endêmica do capita da desterritorialização e da reterritorialização, provocando o que Jessop (1998, p 90) apropriadamente nomeou de “relativização de escala”. (BRENNER, 2010, p. 541).

O autor sobrealça o conceito de “glocalização” (SWYNGEDOUW, 1992, 1997, p. 61 apud BRENNER, p. 541) como um “processo combinado de globalização e de reconfiguração territorial local” e também ressalta oportunamente esse processo de reestruturação altamente conflitante, o entrelaçamento e a rediferenciação das escalas espaciais”. (BRENNER, 2010, p. 541).

Esse processo de reescalonamento da territorialidade transmite o poder do Estado para níveis superiores, para agências supranacionais como a União Europeia (UE) e, simultaneamente, transfere-o para baixo, de volta aos níveis locais e regionais do Estado, que estão melhor posicionados para promover e regular a reestruturação regional urbana. Jessop. (1994, p. 264 apud BRENNER, p. 546).

Percebe-se que, no decorrer das décadas, o Estado e as cidades estão sendo redefinidos, já que não mais seguem um modelo de gestão voltados a programas de consumo coletivos locais, mas para um reescalonamento que atenda a iniciativa privada imiscuída no âmbito estatal. Esse cenário é bastante perceptível nos estudos do urbanista Peter Hall (1998), que retrata a mudança de paradigma sobre o planejamento urbano regional – “empresariamento urbano” -, havendo um momento, na década de 1970, em que se desenha uma política urbana que dê viabilidade econômico-financeira dos empreendimentos privados.

Hall (1998) problematiza exatamente o avanço da iniciativa no planejamento urbano, com o advento da crise econômica dos anos 1970, as cidades se tornam máquinas de produzir riquezas, assim o planejamento deveria aprimorar os mecanismos do planejamento convencional e a utilização de planos e regulamentos para guiar o uso do solo pareciam cada vez mais desacreditados. Britânicos trazem ideias de planejamento urbano norte-americanas, em que a cidade-base, para ser a cidade restaurada, demanda uma parceria *criativa* – edifícios restaurados do armazém ao mercado, lojas, bares, restaurantes, cafés, restauração das áreas residenciais. (HALL, 1998).

Arantes (2000) aduz que a transnacionalização produtiva e financeira, ao contrário do que se poderia prever, em função do acentuado localismo das máquinas urbanas de crescimento, acaba se conferindo justamente devido ao redirecionamento dos Estados Nacionais, cada vez mais socialmente esvaziados e deslegitimados, no rumo de uma simbiose ainda mais estreita com o mundo dos negócios a serem publicamente (e acintosamente) “alavancados”. Destaca-se, ainda, que são evidentes as perdas neste processo,

para concluir que todo incremento de crescimento local, mantidas as correlações sociais vigentes, implica uma transferência de riqueza e chance de vida, do público em geral para os grupos rentistas e seus associados. No caso, mais aparatoso e quase consensual, por exemplo, da Cultura (quem seria contra tal aprimoramento coletivo?) não é menos evidente essa troca desigual:

o processo de construção da cidade distribui esculturas, museus e edifícios de alto padrão atraindo aqueles que têm condições de escolher onde viver, trabalhar e gozar sua afluência. As zonas favorecidas incorporam, como lugares, o capital cultural que forja não somente seu futuro privilegiado, mas reduz o futuro das áreas menos favorecidas. (ARANTES, 2000, p. 28).

A cidade-base, para ser restaurada, demanda uma parceria *criativa* – edifícios restaurados do armazém ao mercado, lojas, bares, restaurantes, cafés, restauração das áreas residenciais. Além disso, as cidades construídas pela iniciativa privada via capital transnacional (HALL, 1998) podem ser denominadas de cidades empreendedoras.

A cidade empreendedora também desempenha papel-chave nas chamadas dimensões imateriais, isto é, na criação de uma consciência coletiva acerca da gravidade da crise econômica, e, ao mesmo tempo, das oportunidades para a atração de novas atividades econômicas. A sensação subjetiva acerca da crise urbana representa um analgésico para os conflitos entre o capital e o trabalho em torno do ambiente construído e prepara o terreno para uma estratégia urbana “patriótica” de consenso em prol da inserção virtuosa no capitalismo global. (KLINK, 2011, p. 125).

Uma cidade-base é como uma fórmula da lógica do *empresariamento* ou empreendimento, tal adequação no processo multiescalar desenvolvimentista e capitalista demanda um movimento homogeneizador e universalizante. Brandão (2012, p. 72) destaca que

o capital busca valorizar-se sem confinamentos regionais e espaciais. Generalizando suas relações, procura impor e tornar comum sua lógica, circulando seus valores, símbolos e informações supra-regionalmente, gestando, em seu cosmopolitismo, um espaço e um mercado uno.

3. A paisagem cultural no seu sentido multiescalar e interdisciplinar

Para entender a relação entre identidade e território, destaca-se a reflexão de Haesbaert, para quem as ressignificações e reidentificações estão permeadas por jogos de poder, ora mais impositivos, ora não, resvalando na desigualdade social marcada pela dominação. Por isso, identificar (-se), nós e os outros, envolve classificação e como se ressignifica o mundo, inclusive por meio dos territórios que são objetos de intensa disputa entre aqueles que os classificam. (HAESBAERT; ARAÚJO, 2007, p. 37).

Segundo o mesmo autor, “não há território sem alguma identificação e valoração simbólica (positiva ou negativa) do espaço pelos seus habitantes”. (HAESBAERT, 2007, p. 37). Não existe território que não carregue uma valoração simbólica, visto que a construção identitária é inerente à realidade espacial. Haesbaert cita Strauss, para quem

A luta para afirmar as diferentes identidades tem consequências e condições materiais (...) uma das bases, portanto, que pode dar mais consistência e eficácia ao poder simbólico na construção identitária, diz respeito a referenciais espaciais, materiais (no presente e no passado) aos quais a identidade faz referência. (HAESBAERT; ARAÚJO, 2007, p. 43).

Patrimônio cultural é um conjunto de bens materiais e imateriais que representam a cultura de um grupo de indivíduos e se dá no perfazimento da identidade cultural destas pessoas ou grupos, que se identificam e criam laços de pertencimento e afeto com os bens culturais de determinado território. No que concerne ao conceito de patrimônio que se dá entre inúmeras vertentes, ficaremos com Nestor Canclini, cujo entendimento se destaca em três pontos fundamentais:

patrimônio não inclui somente herança de um povo, expressões mortas da cultura – sítios arqueológicos, arquitetura colonial, antigos objetos em desuso, mas também os bens culturais, visíveis e invisíveis: novos artesanatos, línguas, conhecimentos, documentação e comunicação do que se considera apropriado através das indústrias culturais; 2) ampliou-se a política patrimonial de conservação e administração do que foi produzido no passado de usos sociais que se relacionam a esses bens com as necessidades contemporâneas da maioria, 3) em oposição a uma seletividade que privilegiava os bens culturais produzidos pelas classes hegemônicas – pirâmides, palácios, objetos ligados à nobreza ou aristocracia – reconhece-se que o patrimônio de uma nação também se compõe de produtos da cultura popular: música indígena, textos dos camponeses e operários, sistemas de autoconstrução e preservação dos bens materiais e simbólicos elaborados por todos os grupos sociais. (CANCLINI, [s.d.], p. 95-96).

Incluindo a concepção de Canclini, percebemos a dinâmica e relação entre meio ambiente e cultura como relevantes para conceituação de patrimônio de uma forma mais ampla. Então paisagem cultural é um conceito que se soma e amplia a interpretação sobre território e sua apropriação e produção.

O termo paisagem, tomado por diversos campos do conhecimento e da arte, é polissêmico e possui acepções variadas, e também se desdobra, nos dias atuais, nas problematizações do Patrimônio com a categoria de Paisagem Cultural. Para Paisagem Cultural, um dos denominadores comuns das definições para o Patrimônio é o seu entendimento como «obra conjugada do homem e da natureza». (MAGALHÃES, 2013, p. 10).

Muitas são as definições que cercam patrimônio cultural. O debate sobre sua valorização iniciou-se no século XIX, verificando uma prevalência das discussões na França, posterior à Revolução, entendendo uma visão institucional do patrimônio como construção física. A partir daí, há um

refinamento na interpretação do conceito de patrimônio no decorrer dos séculos no âmbito da materialidade na marcação do espaço. Segundo Souza, já em 1837, na primeira Comissão dos Monumentos Históricos, as obras foram divididas em três grandes categorias: remanescentes da Antiguidade, edifícios religiosos da Idade Média e castelos. (CHOAY, 2006, p. 12, apud SOUZA; GRIPPA, 2011, p. 238). Após esse período, com mais intensidade no século XIX e parte do XX, ocorreu uma grande preocupação com a preservação e restauração e o que se verificou foi apenas uma ampliação dos bens passíveis de serem considerados patrimoniais e o próprio conceito não foi questionado. (SOUZA; GRIPPA, 2011, p. 238).

Consoante Veldpaus (2015), nos últimos 50 anos, o discurso internacional sobre a gestão do patrimônio cultural foi fortemente influenciado por organizações como o CoE, a UNESCO e o ICOMOS, cujas contribuições são eventos globais e regionais que adotam conceitos e diretrizes de melhores práticas na forma de convenções, recomendações e cartas. Tais diretrizes devem ser adotadas pelas autoridades nacionais e adaptadas pelos governos locais, pois são eles que lidam diariamente com uma cidade patrimônio.

O autor destaca, ainda, que a abordagem da paisagem é uma tentativa recente de reconciliação entre conservação e desenvolvimento. Seu objetivo é posicionar a conservação como a gestão da mudança, integrando a gestão do patrimônio nas estruturas mais amplas de planejamento e desenvolvimento. A abordagem da paisagem urbana histórica é oficialmente definida como uma “abordagem abrangente e integrada para a identificação, avaliação, conservação e gestão de paisagens urbanas históricas dentro de uma estrutura global de desenvolvimento sustentável”. (UNESCO, 2011 apud VELDPAUS, 2015, p. 56).

Sassen (2011) argumenta que as cidades na década de 1980 se tornaram 'uma lente para as maiores lutas econômicas e políticas de uma nova época global emergente' e relaciona tendência à crescente necessidade de reconstruir centros urbanos inteiros e prepará-los para se tornarem plataformas para o século urbano atual. As pressões de desenvolvimento subsequentes nas áreas urbanas reavivaram a necessidade de compreender e proteger a paisagem urbana como uma construção física e sociocultural que é uma parte importante da identidade internacional, nacional, regional e/ou local, bem como da morfologia, história e Memória (Choay, 2001; Corboz, 1983; Hayden, 1997; Whitehand, 1993). (VELDPAUS, 2015, p. 56-57)²

Percebe-se que o tema patrimônio cultural, no desencadear do processo histórico urbanístico, acompanha os dilemas da produção de espaço nas múltiplas escalas. O florescer do neoliberalismo semeado a partir da década de 1970 desenvolve uma nova abordagem sobre o planejamento das cidades e os efeitos da proteção aos patrimônios culturais, incluindo a paisagem cultural no aprimoramento conceitual de espaço natural e produção cultural. A produção do espaço capitalista encontra o espaço, também, na essência do que se pode entender por “espírito do lugar”. O desafio instaura a produção do espaço sob a perspectiva mercadológica, enfrentando a intangibilidade dos lugares e as significações de identidades locais.

O espírito do lugar é definido como os elementos tangíveis (edifícios, sítios, paisagens, rotas, objetos) e intangíveis (memórias, narrativas, documentos escritos, rituais, festivais, conhecimento tradicional, valores, texturas, cores, odores, etc.) isto é, os elementos físicos e espirituais que dão sentido, emoção e mistério ao lugar. (ICOMOS, 2008, p. 2 apud ZANIRATO, 2020, p. 12).

Zanirato destaca que,

ainda que se reconheça a dinâmica desses lugares, as declarações veem preocupações com as mudanças climáticas, o turismo em massa, os conflitos armados e o desenvolvimento urbano, que põem em risco a manutenção do espírito do lugar. Para preservá-lo, são recomendadas ações jurídicas e políticas, assim como investimento na comunicação interativa e na participação das comunidades envolvidas. (2020, p. 12).

Além do aspecto simbólico do espírito do lugar, Castriota destaca o conceito de paisagem revoluciona a política de patrimônio cultural, já que coloca a diversidade de manifestações dos tipos de interações entre a humanidade e natureza.

Nessa amplitude do termo e sua delimitação ainda um tanto indefinida e que leva a controvérsias de toda natureza, como mostram vários estudiosos que apontam que, apesar do renascimento, esse termo vive hoje, ele ainda é marcado por um relativo desconhecimento por parte até de experts e por uma enorme polissemia (...) Castrioca também destaca que a acepção é *complexa e ambígua e vai se espalhando, penetrando também nas políticas de patrimônio em outros níveis – nacionais, regionais e locais, e marcando uma série de iniciativas ao redor do mundo.* (CASTRIOTA, 2009, p. 13).

4. Do local ao global: a paisagem como reflexão na práxis para se pensar o campo do planejamento territorial

Segundo Veldpau (2015) o patrimônio não é apenas multidisciplinar, mas também sujeito a uma governança multinível. Um corpo substancial de leis, princípios e diretrizes políticas, que vão desde os níveis supranacionais até os subnacionais, foi desenvolvido nesse contexto. Essas leis, princípios e diretrizes influenciam uns aos outros e são influenciados pela compreensão em evolução da natureza do patrimônio cultural.

Assim, percebe-se que inúmeros instrumentos urbanísticos dedicados ao patrimônio cultural são apreendidos pelos estados supranacionais, nacionais e locais como arcabouços para ordenamentos jurídicos que fundamentam políticas de preservação na produção de espaço, este último com vocação mercadológica e, em especial, num arranjo espacial com inclinação ao empresariamento, como já dito anteriormente.

Dentro desta dinâmica de empresariamento transnacional que cerca o planejamento urbano, agências supranacionais produzem instrumentos de proteção aos patrimônios culturais e paisagísticos no ensejo de criar uma política internacional que coubesse não só no arvorecer da importância da memória e identidade cultural como legados intergeracionais, mas também sob os aspectos dos desafios da proteção na dinâmica da globalização do espaço homogenizador do imaginário de planejadores urbanos reféns do ideal do desenvolvimento econômico vocacionado ao impulso da iniciativa privada.

Tal parceria (público e privado) atenderia a lógica de uma cidade máquina, cidade espetáculo, agora transnacionalizada. Segundo Hall, a cidade palco dentro da perspectiva do sucesso tem algo a ver com empreendimento urbanístico. Desta maneira, guarda similaridade Assemelha-se à “direção de um teatro, com atrações em substituição contínua, a fim de chamar o público e mantê-lo entretido na sala de espetáculo: como o teatro, ela copia a vida real, mas não é vida urbana de verdade”. (HALL, 1998, p. 415). E aqui cabe uma ressalva neste processo. Assim, Arantes aduz que

estas circunstâncias não é de estranhar que o arquiteto-urbanista tenha se tornado um dos operadores-chave desta máquina, reunindo num só personagem o manager (o planejador-empresendedor identificado por Peter Hall) e o "intermediário cultural" - fração de classe fornecedora de bens e serviços simbólicos, cuja trajetória ascendente é reveladora do atual culturalismo de mercado. Bourdieu foi o primeiro a assinalar a existência deste personagem", ao mesmo tempo intermediário e empresário cultural, no qual Mike Featherstone por sua vez reconheceu um dos principais agentes da gentrification. (ARANTES, p. 29-30).

Nesse sentido, Arantes (2000, p. 30) provoca: *quem de fato faz a cidade?*

E assim por diante, vão as grandes corporações multinacionais, tratando de nos persuadir de que os verdadeiros protagonistas da cena mundial são – quem diria... – as cidades, ou melhor, cidades cuja configuração seja propícia à valorização patrimonial que mais interessa a tais firmas no presente estágio de transnacionalização produtiva. Rentabilidade e patrimônio arquitetônico-cultural se dão as mãos, nesse processo de revalorização urbana _ sempre, evidentemente, em nome de um alegado civismo (como contestar?). E para entrar neste universo dos negócios, a senha mais prestigiosa que ponto chegamos! (de sofisticação?) é a Cultura. Essa a nova grife do mundo fashion, da sociedade afluyente dos altos serviços a que todos aspiram. (ARANTES, 2000, p. 31).

A cidade palco debatida por Hall (1991) no processo do empresariamento vem ao debate da apropriação do patrimônio cultural como uma estética cultural que engrossa a lógica mercadológica do espaço produzido para rentabilidade. Uma manipulação e desvirtuamento das formas simbólicas da cultura que são inerentes aos grupos locais, uma estética de mercado para além dos valores intangíveis que cercam o patrimônio cultural. A estetização do poder a serviço do desenho institucional das cidades.

Este último é o módulo mais simples do mecanismo de subordinação de um espaço público ao controle privado, para variar na forma de alguma ONG criada ad hoc pela coalizão local de reabilitadores urbanos: redesenha-se o local; programam-se eventos culturais; abre-se um café ou coisa que o valha igualmente, completando-se o serviço com uma pequena horda de seguranças.

E por aí se vai, a cada unidade mais complexa de intervenção, até se alcançar quem sabe toda a cidade que importa, seu enclave propriamente global. Chegamos enfim ao que já foi chamado de “estetização do medo”! e que vem a ser a mola secreta do súbito interesse manifestado pelas elites globais pelo espaço público, sobre o qual se puseram sintomaticamente a tagarelar: não há mecenas que se preze que não patrocine alguma área pública, com o zelo ancestral demandado por essa nova onda de enclosures, como nos tempos da acumulação primitiva. (ARANTES, 2000, p. 36).

Arantes (2000) contribui para uma discussão pertinente sobre os dilemas da proteção ao patrimônio, pois a política favorece *a cidade de quem?* Dentro deste dilema da cidade ora local, ora glocal, a produção do espaço vocacionado à mercadoria impõe uma estética e o patrimônio é apropriado sob a lógica neoliberal da rentabilidade da terra. Porém, pode o patrimônio cultural, na sua essência, subverter a própria lógica da apropriação, advinda da proposição de que é o pertencimento e a rede de afetos que o cercam que o fazem relevante?

Passarelli (2005) enfatiza que quando a velocidade da informação e da economia reduzem distâncias e procuram homogeneizar as diferenças, cresce a valorização do local e sua identidade, seja pelo passado, seja pela cultura, como resistência à alienação e segregação social em resposta aos efeitos negativos da globalização (2005). Há que se integrar patrimônio, planejamento e desenvolvimento para a cidade de *todes*. A cultura se modifica e aprimora a linguagem, sua espinha dorsal, com valores e insurgências.

O próprio desenvolvimento e reelaboração dos conceitos de patrimônio traduzem isso. Segundo Veldpaus (2015), indicando uma mudança do objeto para a paisagem, eles não apenas percebem uma mudança de escala, do objeto singular para o conjunto de objetos, estruturas e áreas, mas também uma inclusão de patrimônio imaterial, como tradições, rituais e eventos, e um deslocamento de estético ao valor ecológico (p. 44)³.

Para Vasconcelos (2012), chancela parte do princípio de que o meio ambiente pode ser dotado de significados culturais, uma vez que o homem, no decorrer da história, manipulou o meio físico para expressar nele sua cultura. Assim, uma mesma porção territorial pode ter, ao mesmo tempo, valor cultural e ambiental. Ainda nesse sentido, o autor destaca que a paisagem cultural, como já foi dito aqui, é um conceito agregador que rompe com antigas dicotomias existentes no campo da preservação patrimonial. É na “possibilidade de valoração da integração entre material e imaterial, cultural e natural, entre outras, que reside a riqueza da abordagem do patrimônio através da paisagem cultural e é esse o aspecto que merece ser valorizado”. (RIBEIRO, 2007, p. 111 apud, VASCONCELOS, 2012, p. 72).

O conceito de paisagem é relevante para o debate, já que, dentro do histórico de instrumentos norteadores de proteção ao patrimônio de agências supranacionais, os especialistas têm sua visão favorecida sobre a política patrimonial. Todavia, o HUL *Historic Urban Landscape Recommendation* é o primeiro a defender “um papel igual para especialistas e atores da comunidade, enquanto os atores governamentais devem tomar uma decisão com base em todas as consultas fornecidas por especialistas e comunidade”. Veldpaus (2015, p. 69)⁴ diz que:

Desde então, espera-se que a participação da comunidade local traga uma abordagem mais sustentável e culturalmente adequada às questões de meio ambiente e desenvolvimento. Local as práticas e a participação são consideradas a mola propulsora do desenvolvimento sustentável, e espera-se que estimulá-las seja benéfico para o desenvolvimento socioeconômico da comunidade local. Fazer isso significaria que a comunidade local deve estar envolvida em todas as etapas do processo. (VELDPAUS, 2015, p. 69-70).⁵

Veldpaus (2015, p. 71) argumenta que a participação não produz necessariamente consenso (MOUFFE, 2000) e seus resultados podem entrar em conflito com o conhecimento e as abordagens de especialistas. (MICIUKIEWICZ; VIGAR, 2012). Lidar com todas essas partes interessadas, seus papéis e responsabilidades e a variedade de resultados e abordagens continua sendo um desafio.

É importante destacar, na discussão locacionista, o fetichismo de uma teoria ou território apartado e protegido em seu próprio ostracismo. Fora a variedade de especialistas que defende esta corrente, não é possível mais verificar o local dissociado do global, as culturas se relacionam e se modificam na mundialização da vida.

Por meio de um complexo processo de enraizamento de sentidos globais de lugar – em esferas locais –, linguagens, símbolos e significados são desenvolvidos, não necessariamente opondo as realidades sociais internas e externas como distintas uma da outra. Os chamados padrões culturais híbridos muitas vezes criam pontes entre diferenças culturais ao construir fronteiras permeáveis e flexíveis por meio da articulação de signos de diversas origens. Essa é, talvez, uma das características notáveis das fronteiras simbólicas construídas pelas culturas contemporâneas: elas não pretendem ser puras, mas de natureza híbrida. Não muros, mas pontes a serem atravessadas por aqueles que conhecem o códigos de identificação corretos. (ARANTES NETO, 2017, p. 54).

Além do que não há que enaltecer exageradamente o locacionismo, já que, segundo Brandão (2012), há o discurso de que os espaços locacionais têm capacidade de fundar e coordenar ações cooperativas baseadas nos membros da comunidade. Isso é pouco plausível se verificar os termos de cooperação entre locais pela troca de bens e serviços e a constituição do ambiente natural, que, por vezes, extravasa limites locais, espraiando-se pelo regional, como rios, áreas de preservação, entre outros.

Acrescentando, ainda, que há de tomar cuidado em exaltar a ideia de comunidade que pode ser traduzida como empresas que podem tomar decisões locacionais de forma interdependente, deixando o Estado à margem da regulação, que é a lógica neoliberal imiscuída na deturpação dos agentes locais e na comunidade de fato envolvida.

Brandão destaca que os

Os estudos localistas avaliam as vantagens aglomerativas e de proximidade como fontes de conhecimento e aprendizagem, enraizadas naquele território singular, criando, com suas investigações, listas ad hoc dos ativos, capacitações, normas, rotinas e hábitos, todos devidamente region-específicos. Muitos desses trabalhos negligenciam que há hierarquias inter-regionais, e o comando maior desses processos, geralmente, está fora do espaço sob análise. (2012, p. 48).

Independentemente do nível da escala, as lógicas de empresariamento persistem dentro do contexto neoliberal de desvirtuamento do valor da terra, iniciado na aurora do capitalismo no planejamento urbano. “Tais coalizões buscam maximizar o valor de troca da cidade em detrimento do seu valor de uso, este último ancorado nas vivências e experiências quotidianas dos moradores”. (KLINK, 2011, p. 125).

O patrimônio cultural no planejamento urbano vai também neste desafio do local ao *glocal*. Encontra-se, no bojo da governança multinível, que o patrimônio não é apenas multidisciplinar, mas também sujeito a uma governança multinível com instrumentos supranacionais e subnacionais, além de cada vez mais multidisciplinar. Por isso, insistimos na proteção à paisagem como uma referência para a práxis do planejamento urbano tradicional.

Toma a paisagem, como conceito e abordagem, como um quadro potencial para estimular uma forma interdisciplinar e integrada de trabalhar e pensar em vários níveis: social e ecológico, desenvolvimento e conservação, valor e vulnerabilidade, tangível e intangível, grande e pequena escala, supranacional e subnacional, longo e curto prazo, especialista e não especialista. A abordagem paisagística integra todos esses níveis e, como tal, também fornece uma plataforma para revelar conflitos entre eles, pois representam as diferentes pessoas, processos e práticas que estão direta ou indiretamente envolvidos na gestão do patrimônio. (VELDPAUS, 2015, p. 143).⁶

A paisagem é uma noção estabelecida de integração de atributos físicos e valores humanos em disciplinas de pesquisa territorial. Dentro deste cenário de planejamento multinível e interdisciplinar, Brenner aduz que

as políticas de escala emergentes, em relação à governança urbana nas regiões urbanas contemporâneas apresentam ainda uma outra dimensão de organização territorial no âmbito do capitalismo, a qual Lefebvre também devotou considerável atenção – seu papel como campo de práticas políticas potencialmente transformativas, e, que “contraplanos”, “contraprojetos” e “contraespaços” podem ser construídos. (LEFEBVRE 1978, p. 413-444; 1991, p. 383-384 apud BRENNER, p. 557-558).

Assim, cogitando a insurgência na práxis do planejamento urbano, percebe-se a necessidade de uma convergência de visão entre profissionais de diferentes campos (e comunidade) que buscam interação e que sejam capazes de arejar e complementar instrumentos que suas áreas específicas propiciam. “Introduzem-se, assim, inovações coerentes com as formas de junção entre o campo da formação científica e profissional e os demais campos da realidade social”. (KLINK et al., 2016, p. 385).

Os autores destacam, também, que, na prática do planejamento, se deve atentar aos novos desafios, tais como as sinergias e os conflitos entre a questão ambiental e urbana e as múltiplas agendas; a necessidade de superar a herança do modelo tecnoburocrático de planejamento (marcado pela racionalidade instrumental) e de aperfeiçoar as diversas formas de participação popular e de planejamento colaborativo; as possibilidades e desafios de evoluir de uma agenda estruturada em torno do direito à cidade para uma perspectiva pautada no direito de transformar a cidade e o entrelaçamento, no pós-1970, das diversas escalas de planejamento; a variedade dos processos de reescalonamento e reestruturação territorial do Estado (desenvolvimentista); e as consequências disso para o planejamento urbano e regional. No caso brasileiro, os territórios urbanos e regionais sempre representaram uma arena privilegiada (e contraditória) do nacional desenvolvimentismo. (KLINK et al., 2016).

Percebe-se que o campo do planejamento deve levar em consideração os desafios da agenda ambiental e os embates multiescalares estabelecidos a partir de 1970, como debatido anteriormente, mas também dentro de um escopo instrumental desburocratizado, levando em consideração a comunicação e colaboração no arranjo institucional.

A paisagem é um exemplo prático de tais dilemas, já que considerando suas relações com o meio ambiente equilibrado, inserida no conceito de patrimônio cultural, faz-se necessário uma política de natureza plural que estabeleça pontes entre seus especialistas junto com a comunidade, atores locais próximos do bem. E não só isso, há que se refletir sobre os desafios de instituir sua proteção dentro de um planejamento que se relaciona com legislação de órgãos de diferentes escalas, enunciados normativos universais aplicáveis ao caso concreto do patrimônio cultural local. A dinâmica do planejamento que envolve a paisagem cultural pode contribuir para ponderar sobre diferentes formas do planejamento territorial pela proximidade de conceitos e demandas nacionais ou supranacionais, no contexto multiescalar do território urbano e regional.

Dentro da diversidade de visões acerca do planejamento urbano, levando em conta a política patrimonial como forma possível de amalgamar visões e interpretações sobre o espaço urbano, há que se ressaltar que sempre haverá pontos críticos nos instrumentos supranacionais ou até mesmo locais. O conceito de patrimônio representado pelas políticas supranacionais tem sido

“criticado por ser uma invenção europeia, ser eurocêntrico e apoiar um discurso de herança autorizado”. (PENDLEBURY, 2013; SMITH, 2006 apud VELDPAUS, 2015, p. 145).

Conviria, por isso, sem estabelecer monopólios, barreiras ou escalas, iniciar sempre qualquer projeto de intervenção pela base, centrando as preocupações no habitante pois ele é que deve ser o fruidor prioritário da “coisa boa”. E se, como vimos, uma conceituação de valor deve embasar-se numa teoria das necessidades, conviria também reconhecer que, quando se excluem do universo da cultura o cotidiano e o trabalho, não há como mascarar que é o mercado que está dando as cartas, caucionado pelas bênção dos “usos culturais(...) Estas considerações, acredito, são suficientes para ressaltar o município – e não o estado, a região, o país, o mundo - como o locus privilegiado da fruição concreta, aprofundada e diversificada da cidade como bem cultural.” (MENESES, 2006, p. 40).

Deve-se verificar, de fato, o impacto das políticas supranacionais nas políticas subnacionais, levando em consideração a participação da governança no contexto local e comunidade, especialmente quando o objetivo é implementar ainda mais o que é recomendado por essas políticas supranacionais. Pode-se revelar como as políticas sub e supranacionais se relacionam, de modo que compreendam que o patrimônio alavanca a ideia de identidade e referência no espaço, cerne da discussão para se pensar uma cidade para a comunidade.

E, ao se falar em comunidade, percebe-se a necessidade de se pensar um “ecossistema cultural comunitário” (VARINE, 2013, p. 65), para pensar a política patrimonial para além das burocracias dos sistemas supranacionais, estabelecendo agente de desenvolvimento, com a ajuda não de especialistas das disciplinas específicas, mas de membros da população, voluntários e interessados, ao mesmo tempo, em seu patrimônio e seu desenvolvimento.

A insurgência no campo do planejamento viceja a comunicação ampliada e interpretação dos instrumentos normativos à luz do território. A política patrimonial agregadora trabalha com o conceito de *subsidiariedade*:

da gestão do patrimônio, que deve ser feita o mais próximo possível dos criadores e dos detentores deste patrimônio, de modo que não os separee da vida. O papel das instituições especializadas é sensibilizar, facilitar, educar, por em contato, mediatizar e gerir pela margem em função do interesse social. (VARINE, 2013, p. 19).

Segundo Lefebvre (2001, p. 62), a cidade é a projeção da sociedade sobre um local. E a cidade democrática é uma cidade não separada da vida, onde a sua função é orientada pelo interesse social.

Observar o que acontece quando os conceitos e instrumentos de planejamento 'viajam' de um lugar para outro ajuda não apenas a identificar os 'passados' implícitos que aqueles de nós na 'comunidade de planejamento de pesquisadores' ainda carregamos conosco, alimentando nossos sonhos de forma negativa e positiva. Também ajuda a entender quais poderiam ser os 'universais contingentes' da atual era global, como aprender com as experiências contingentes de outros e como reconhecer quando é mais apropriado inventar 'rodas' caseiras, isto é, respostas endogenamente moldadas a situações particulares. Essa aprendizagem transnacional, se realizada com sensibilidade às complexidades contingentes, deve ajudar a tornar os planejadores menos inocentes em termos de experiência e a aprofundar nossas memórias coletivas. (HEALEY, 2001, p. 194).⁷

Assim, a despeito do entendimento do território em sua multiplicidade escalar, há que se entender que os atores envolvidos no arranjo espacial têm seus programas específicos. Na glocalização, as tessituras políticas e econômicas, por vezes, amalgamam-se em regramentos institucionalizados que perfazem o arranjo espacial. No capitalismo global do empresariamento do espaço e da estética da cidade palco, há formas de planejamento urbano que coincidem com a lógica de mercado neoliberal.

A estética da cidade palco ou espetáculo acompanha a lógica da colonização moderna. Sodré reflete sobre a relação entre cidade e colonização no Brasil Colonial.

Junto com as *terras livres*, opera-se a tomada de consciências, a fim de levá-las ideologicamente à celebração da racionalização instrumental moderna e ao culto da nova razão estética. A territorialidade colonial ultrapassa as preocupações com a dimensão puramente regional para se debruçar nas dimensões do espaço construído e do espaço interacional. (SODRÉ, 2019, p. 32)

O autor menciona que racionalização instrumental é uma invenção da modernidade e é replicada no campo do planejamento até os dias de hoje, com a urgência de revisitação de sua propagação e obsolescência resultante da cidade desigual.

Ainda entende que “arquitetura e urbanismo – práticas técnico-artísticas de articulação do espaço – são convocados e investidas de funções teatrais para dramatizar barrocamente a Natureza, fabricar as aparências da modernidade e universalizar toda uma economia da construção”. (SODRÉ, 2019, p. 32). O maior enfrentamento à cidade voltada ao mercado é o complexo trabalho de pensar conceitos e instrumentos que tragam o meio ambiente equilibrado junto com os aspectos simbólicos que permeiam a relação de pertencimento entre espaço e habitante.

Consoante Costa, Saldado e Alonso (2009), no meio ambiente urbano, para preservar as visadas de interesse histórico, é necessário o reconhecimento do processo morfológico da cidade, que irá colaborar, principalmente, no planejamento e elaboração de projetos direcionados à paisagem, sem que a história e a identidade de seus habitantes sejam esquecidas.

Para a compreensão e estudo dessa paisagem, fundamenta-se na disciplina Ecologia da Paisagem, definida como: o estudo da paisagem, de suas transformações, realizadas pelas sociedades e das inter-relações em contínua evolução, entre os fenômenos e processos que ocorrem na mesma, incluindo as comunidades de plantas, animais e o homem. (MACIEL, 2007, p. 2 apud COSTA; SALDADO; ALONSO, 2009, p. 116).

Pensar a cidade sob um planejamento coletivo e colaborativo exige uma ampla comunicação entre especialistas e os atores locais. Do mesmo modo que o capital se espraia pelo globo, agências supranacionais surgem para instrumentalizar o campo político com suas referências normativas, a política patrimonial é um singelo exemplo de como estas normativas se aplicam nos lugares. Mas, na lógica inversa, o patrimônio cultural insurge em sua própria conceituação, em suas múltiplas linguagens, a cidade também pode ser paisagem cultural, cujo trabalho de atuação e preservação é vasto, multinível e multidisciplinar. A cidade é a diversidade e a interpretação do espaço e não se pode se esquivar de uma hermenêutica participativa.

O processo é solidário. O patrimônio cultural carrega o inevitável: sua conotação empírica e de materialidade que atravessa o espaço-tempo diz muito sobre a cidade do futuro, inclinada na singeleza e complexidade de se respeitar o espírito do lugar.

5. Considerações finais

São inúmeras contribuições epistemológicas que discutem a cidade-empreendimento, cidade mercado, cidade palco ou cidade espetáculo. E tais conceitos se adequam em distintas regiões do globo. O Estado-mercado consubstancia a contradição de institucionalizar as demandas da iniciativa privada, na proporção de refrear os efeitos nefastos das desigualdades sociais embutidas na visão neoliberal.

O planejamento territorial tem instrumentos globais passíveis de aplicação e reprodução no âmbito local. Quais os desafios do *planejamento glocal*? Inúmeros! A despeito da importância da visão crítica acerca do manejo da produção espacial capitalista, instrumentos supranacionais servem de referência, mas não necessariamente atendem adequadamente as especificidades locais. A antropologia dá ferramentas para compreender a importância da identidade cultural como fator importante de entender as diferenças e para desenvolver direitos no campo das igualdades. Desta feita, é inevitável entender os territórios como únicos, sob pena de formatá-los como produtos na esteira de uma fábrica. Da mesma forma, os locais não estão isentos do fluxo do planejamento-empreendimento, motivo pelo qual os instrumentos supranacionais e os enunciados normativos regionais possibilitam questionar os despotismos nas escalas menores.

Pode-se olhar o patrimônio cultural, nos territórios, para compreender a riqueza na diferenciação dos grupos. O território é elaborado à imagem e semelhança de seus atores sociais. Na práxis da política de patrimônio cultural potencializada pelo entendimento mútuo entre comunidade e institucionalização da proteção, verifica-se um efetivo planejamento territorial que atenda ao agir comunicativo. Habermas (1989) aduz aspectos conceituais sobre a estrutura de perspectiva do agir orientado para o entendimento mútuo, que, em resumo, estabelece correlações entre a necessidade de interações sociais estáveis e cooperativas, entendimento mútuo enquanto mecanismo de coordenação, a formação de consenso, um processo circular em que o ator é iniciador e produto, o processo de entendimento mútuo entre mundo e o mundo da vida, pretensão de validade e perspectivas de mundos

O agir comunicativo na proposição de entendimento mútuo entre atores é uma linha primordial para se pensar a política em seu aspecto macro, mas, principalmente, entendendo a importância da cooperação e compreensão de visões de mundo, na perspectiva axiológica de elaboração e reprodução de enunciados normativos universais no mundo global de aplicação em diversos locais.

Não se pode estabelecer a idealização do local sob um aspecto de um fetichismo hermético, excluindo aspectos de cooperação regional. A questão não é sobre apagar os efeitos da globalização – e não se pode apagar o processo histórico –, mas sim estabelecer aspectos vitais de desenvolvimento igualitário que respeite as diferenças territoriais.

O conceito de paisagem trazido para compreender o território é inovador porque a junção da memória, cultura, meio ambiente equilibrado e manutenção coletiva dos atores locais juntos a especialistas que se debruçam sob instrumentos supranacionais e subnacionais exemplifica boas práticas de planejamento. É a junção dos desafios propostos pela urgência da agenda ambiental, pelo planejamento comunicativo, desburocratizado e que dê conta das relações em suas diferentes escalas e das distintas identidades, cuja essência é a diferença, no cenário que deve enfrentar as desigualdades, a efetividade dos direitos sociais e políticos, que garante o mínimo existencial na cidade base.

Sen (2008) argumenta que a igualdade é julgada comparando-se em aspecto específico de pessoa com o mesmo aspecto de outra pessoa, assumindo que o julgamento e a mediação da desigualdade são completamente dependentes da escolha da variável (renda, riqueza, felicidade), em termos que são feitas comparações. Haverá cooperação com uma comunicação que considere a mediação das diferenças no âmbito global e os instrumentos de planejamento urbano dentro dos enunciados universais deverão se adaptar às identidades na elaboração conjunta com tais grupos.

É preciso pensar que o território é um espaço habitável, vivo e dotado de afetos. É inevitável revisitar a comunidade, as aldeias, quilombos, com seus povos originários, para compreender o que o planejamento perdeu no processo histórico e o que pode aprender para revisitar e reconstruir sua práxis, herdada pela cultura do empresariamento global.

o que aprendi ao longo das décadas é que todos precisam despertar, porque se durante um tempo éramos nós, povos indígenas, que estávamos ameaçados de ruptura e extinção dos sentidos de nossas vidas, hoje estamos todos diante da iminência de a Terra não suportar a nossa demanda. Como disse o pajé yanomami Davi Kopenawa, o mundo acredita que tudo é mercadoria, a ponto de projetar nela tudo o que somos capazes de experimentar. A experiência das pessoas em diferentes lugares do mundo se projeta na mercadoria, significando que ela é tudo o que está fora de nós. Essa estratégia que agora atinge a todos é adiada em alguns lugares, em algumas situações regionais nas quais a política – o poder político, a escolha política – compõe espaços de segurança temporária em que as comunidades, mesmo quando já esvaziadas do verdadeiro sentido de compartilhamento de espaços, ainda são, digamos, protegidos por um aparato que cada vez mais a exaustão das florestas, dos rios, das montanhas, nos colocando num dilema em que parece que a única possibilidade para a comunidades humana continuem a existir é a custa da exaustão de todas as outras partes da vida. (KRENAK, 2020, p. 45-46).

O mundo conectado é um rizoma de pessoas e conhecimentos que se perpetuam pela narrativa dos povos no encadeamento da história. O maior patrimônio da humanidade é o espaço e o legado da troca de conhecimento do povo para o povo em seu aspecto intergeracional em âmbito *glocal*.

6. Referências

- ARANTES, Otília Beatriz Fiori. **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000.
- ARANTES NETO, Antônio Augusto, Oportunidades globais para o patrimônio imaterial nos novos desafios para as vidas locais. **Revista do Patrimônio Histórico Artístico Nacional**, n. 26, 2017.
- BRANDÃO, Carlos Antônio. **Território e Desenvolvimento**: as multiplicas escalas entre local e global/ Carlos Brandão. 2 ed. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2012.
- BRENNER, N. A globalização como reterritorialização: o reescalamento da governança urbana na União Europeia. **Cadernos Metr pole**, v. 12, n. 24, p. 535-564, 2010.
- CANCLINI, Nestor Garcia. O Patrimônio Cultural e a Constru o Imaginária do Nacional. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, v. 1, n. 2, 2013.
- CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Paisagem cultural e sustentabilidade**. Belo Horizonte: IEDS; UFMG, 2009.
- COSTA, Sta l de Alvarenga Pereira; SALGADO, Marina; ALONSO; Paulo Henrique. **Leituras da Paisagem**. Paisagem cultural e sustentabilidade. Belo Horizonte: IEDS; UFMG, 2009.
- HALL, P. A Cidade do empreendimento. In: HALL, P. **Cidades do Amanhã**. Uma história intelectual do planejamento e do projeto urbano no Século XX. São Paulo: Perspectiva, 1988. p. 407-430.
- HABERMAS, Jurgen. **Consciência moral e agir comunicativo**. Tradu o de Guido A. de Almeida. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.
- HAESBAERT, R.; ARAUJO, F. G. B. **Identidades e territórios**: questões e olhares contemporâneos. Rio de Janeiro: Access, 2007.
- HEALEY, P. The Universal and the contingent: Some reflections on the transnational flow of planning ideas and practices. **Planning Theory**, v. 11, n. 2, p. 188-207, 2012.
- LEFEBVRE, H. **O direito   cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.
- KLINK, Jeroen. Planejamento, Estratégia Local e Complexidade – Uma Reinterpreta o do Legado do Projeto Eixo Tamanduatehy (Santo André). **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 13, n. 1, 2011.
- KLINK, Jeroen Johanes et al. O campo e a práxis transformadora do Planejamento: reflexões para uma agenda brasileira. **Rev. Bras. Estud. Urbanos Reg.**, v. 18, n. 3, p. 381-392, 2016.
- KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- MAGALHÃES, Cristiane Maria. Patrimônio e paisagem cultural: reflexões sobre a preserva o das paisagens urbanas contemporâneas. **Revista CPC**, n. 15, p. 007-026, 2013.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra et al. **A cidade como bem cultural: áreas envoltórias e outros dilemas, equívocos e alcance da preservação do patrimônio ambiental urbano.** [Debate]. Patrimônio: atualizando o debate. IPHAN, 2006.

PASSARELLI, Silvia Helena Facciolla. **Proteção da paisagem ferroviária: memória e identidade do bairro Estação São Bernardo (atual Santo André, SP)** Universidade de São Paulo. Tese (doutorado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Área de Concentração Estruturas Ambientais, São Paulo, 2005.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Ática, 1993.

SARMENTO, Daniel. O mínimo existencial. **Revista de Direito da Cidade**, v. 8, n. 4, p. 1644-1689, 2016. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rdc/article/view/26034>. Acesso em: 30 ago. 2022.

SODRE, Muniz. **O terreiro e a cidade: a forma social negro brasileira.** 3. Ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2019.

SOUZA, Willian Eduardo Righini de Souza; CRIPPA, Giulia. O Patrimônio como processo: uma ideia que supera a oposição material-imaterial. **Em Questão**, v. 17, n. 2, p. 237-251, jul./dez. 2011.

SEN, A. **Desigualdade Reexaminada.** Tradução: Ricardo Doninelli Mendes. Rio de Janeiro: Record, 2008.

VELDPAUS, L. **Historic urban landscapes: framing the integration of urban and heritage planning in multilevel governance.** [Phd Thesis 1 (Research TU/e / Graduation TU/e), Built Environment]. Technische Universiteit Eindhoven, 2015.

VARINE, Hugues de. **As raízes do futuro: o patrimônio a serviço do desenvolvimento local.** Trad. Maria de Lourdes Parreira Horta. 1ª Reimpressão. Porto Alegre: Medianiz, 2013.

VASCONCELOS, Marcela Correia de Araujo. As fragilidades e potencialidades da chancela da paisagem cultural brasileira. **Revista CPC**, n. 13, p. 51-73, 2012.

ZANIRATO, Silvia Helena. Paisagem cultural e espírito do lugar como patrimônios: em busca de um pacto social de ordenamento territorial. **Rev. CPC**, n. 29, p. 8-35, jan./jul. 2020.

¹ Segundo Sarmiento, primeiro ponto que deve ser esclarecido é que o mínimo não pode se limitar às condições necessárias à sobrevivência física. Ele tem de ser mais amplo para abarcar as condições básicas para uma vida digna, abrangendo também o chamado “mínimo sociocultural” (SARLET; FIGUEIREDO, 2008, p. 21-22). Prestações materiais que não se afigurem indispensáveis para a sobrevivência física, mas sejam condições elementares para a vida digna, como, por exemplo, o acesso à educação básica, também devem estar abarcadas (2016, p.1657-1658)

² Sassen (2011) argues that cities in the 1980s became ‘a lens into the larger economic and political struggles of an emergent new global epoch’ and relates this tendency to the increased urge to rebuild entire urban centres, and prepare them to become platforms for the current urban century. The subsequent development pressures in urban areas reinvigorated the need to understand and protect the urban landscape as a physical and sociocultural construct

that is an important part of international, national, regional and/or local identity, as well as morphology, history and memory (Choay, 2001; Corboz, 1983; Hayden, 1997; Whitehand, 1993) (tradução nossa).

- ³ Indicating a shift from object to landscape, they not only notice a change of scale, from the singular object to the collection of objects, structures and areas, but also an inclusion of intangible heritage such as traditions, rituals and events, and a move from aesthetic to ecological value (Smith, 2015).
- ⁴ However, HUL is the first to advocate an equal role for expert and community stakeholders, while the governmental stakeholders are to take a decision based on all the consultations provided by experts and community.
- ⁵ Ever since, participation of the local community has been expected to bring about a more sustainable and culturally suitable approach to issues of environment and development. Local practices and participation are considered a mainspring of sustainable development, and stimulating them is expected to be beneficial for the socioeconomic development of the local community. Doing so would mean that the local community has to be involved in all stages of the process.
- ⁶ It takes the landscape, as concept and approach, as a potential framework to stimulate an interdisciplinary and integrated way of working and thinking across various levels: social and ecological, development and conservation, value and vulnerability, tangible and intangible, large and small scale, supranational and subnational, long and short term, expert and non-expert. The landscape approach integrates all these levels, and as such also provides a platform to reveal conflicts between them, as they represent the different people, processes and practices that are directly or indirectly involved in heritage management.
- ⁷ Looking at what happens when planning concepts and instruments 'travel' from place to place helps not only to identify the implicit 'pasts' that those of us in the 'planning community of inquirers' still carry with us, feeding our dreaming in negative and positive ways. It also helps in understanding what could be the 'contingent universals' of the present global era, how to go about learning from the contingent experiences of others, and how to recognize when it is more appropriate to invent home-grown 'wheels', that is, endogenously shaped responses to particular situations. Such transnational learning, if undertaken with a sensibility to contingent complexities, should help to make we planners less experientially innocent and to deepen our collective memories (tradução nossa).